



**CONFERÊNCIA DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
REGIONAIS EUROPEIAS
(CALRE)**

DECLARAÇÃO DE MÉRIDA

Mérida, 29 e 30 de novembro de 2012

Os/As Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais Europeias abaixo elencados:

- Parlamento de Extremadura
- Cortes de Aragón
- Cortes de Castilla y León
- Parlament de les Illes Balears
- Parlamento de Andalucía
- Parlamento de Canarias
- Parlamento de La Rioja
- Corts Valencianes
- Junta General del Principado de Asturias
- Asamblea de Madrid
- Consiglio regionale del Veneto
- Consiglio regionale del Trentino Alto Adige
- Consiglio regionale della Lombardia
- Parlament der Deutschsprachige Gemeinschaft Belgiens
- Parlement de la Communauté Française de Belgique
- Parlement de la Région de Bruxelles-Capitale
- Parlement Wallon
- Vlaams Parlement
- Landtag Steiermark
- Kärntner Landtag
- Oberösterreichischer Landtag
- Sächsischer Landtag
- Landtag Rheinland-Pfalz
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
- Ålands lagting

participaram na XVI Sessão Plenária da CALRE, realizada em Mérida (Extremadura, Espanha) nos dias 29 e 30 de novembro de 2012, e acordaram adotar a seguinte declaração:

DECLARAÇÃO DE MÉRIDA

Para a unidade, a co-criação e a transparência num contexto de recessão económica e crise de valores institucionais

INTRODUÇÃO

Este ano cumpre-se o décimo quinto aniversário da assinatura da Declaração constitutiva da CALRE, na cidade de Oviedo. A Conferência nasceu com o objetivo de promover, desde a sua própria perspetiva das instituições parlamentares, canais de participação na construção da União Europeia. Para tal, propõe-se centrar os seus esforços fundamentalmente em três direções: a primeira, a articulação de procedimentos de monitorização e controlo parlamentar dos assuntos europeus em cada região; a segunda, a vinculação e comunicação entre comissões parlamentares sectoriais e, sobretudo, entre as comissões dos assuntos europeus das diversas entidades legislativas; e, em terceiro, o estabelecimento de canais de intercâmbio ativo com os respetivos parlamentos nacionais e com o Parlamento Europeu.

Passado este tempo, chegou o momento de realizar uma reflexão sobre **o tipo de fórum em que a CALRE se tornou na Europa, o seu papel e a sua idiossincrasia** relativamente a outras associações, das muitas já existentes na complexa estrutura organizativa emergida tanto no seio da União Europeia, como nos diversos níveis institucionais dos seus Estados-membros para tratar dos assuntos europeus. Só desta forma será possível desenhar com sucesso um projeto futuro da CALRE que leve a bom porto as expectativas e os desejos daquela primeira Conferência asturiana.

Não obstante, esta introspecção sobre as conquistas alcançadas deve realizar-se tendo em conta o contexto económico e social em que nos encontramos, pelo que é necessário reafirmar-se no interesse de uma procura de soluções eficientes.

I O PAPEL DA CALRE NA EUROPA

Os parlamentos regionais na arquitetura europeia

O movimento regionalista na Europa remonta aos finais da década de oitenta, de acordo com a denominada *mobilização subnacional*. A dimensão regional aconteceu de forma relativamente tardia na União Europeia e o seu reconhecimento iniciou-se, num primeiro momento, a partir de uma perspetiva económica, para, posteriormente, passar a um plano mais institucional.

As entidades regionais com competências legislativas poderiam permanecer, então, diluídas e subvalorizadas no seu peso específico político e institucional, apesar de ostentarem a representação política das respetivas regiões e serem detentoras do poder legislativo no âmbito das suas competências.

Não obstante, o Tratado de Lisboa convidou a repensar um novo modelo de responsabilidade e governação partilhado por todos os níveis políticos da União Europeia, pelo que o papel das assembleias legislativas regionais cresceu de forma significativa na Europa, com uma participação ativa nas políticas comunitárias.

As regiões com poderes legislativos aplicam mais de setenta por cento da legislação da UE sem passar pelas estruturas estatais, e no atual contexto de crise económica, os recursos de capital locais e regionais são submetidos a maiores restrições, pelo que a CALRE, conhecedora do papel dos seus membros no acolhimento da normativa europeia, defende uma utilização mais eficiente dos recursos existentes no seio de um quadro legislativo coerente.

Os parlamentos regionais e a subsidiariedade

O complicado contexto de crise económica em que vivemos desde há anos está a afetar o processo de tomada de decisões europeias. Hoje, frequentemente, tal situação reflete-se por movimentos de carácter centralizador que podem

comprometer a participação adequada das diversas sensibilidades que compõem a UE. Neste sentido, os Parlamentos Regionais, devido à legitimidade democrática direta que gozam e à proximidade aos seus respetivos cidadãos, não podem nem devem ficar à margem. Agora mais que nunca deve-se reafirmar a aposta numa Europa forte e unida dentro da sua diversidade enriquecedora, uma Europa o mais próxima possível dos cidadãos e dos seus problemas. E, por isso, a reivindicação do princípio da subsidiariedade, sempre presente nos trabalhos da CALRE, tem hoje um maior significado. Assim, a CALRE reitera o facto de que a participação das assembleias legislativas regionais no procedimento do controlo do princípio da subsidiariedade é indispensável para garantir, no processo europeu de tomada de decisões, níveis ótimos de transparência e eficiência, em fim, da democracia.

Pela primeira vez, este ano a Comissão Europeia retirou uma proposta legislativa, atendendo às reivindicações dos parlamentos nacionais relativas ao incumprimento do princípio da subsidiariedade. Isso evidencia a eficácia prática do Mecanismo de Alerta Precoce instaurado pelo Tratado de Lisboa, e encoraja os Parlamentos Regionais europeus a prosseguir o controlo das propostas legislativas europeias com base nas exigências impostas pelo princípio da subsidiariedade.

Os/as Presidentes consideram a Rede de Observância da Subsidiariedade, do Comité das Regiões, uma ferramenta eficaz para promover o intercâmbio de informação entre as entidades regionais e o mecanismo de controlo dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, especialmente através da plataforma REGPEX.

Para este efeito, a CALRE solicita que os parlamentos regionais que a integram façam uso desta ferramenta, que permite o intercâmbio de informação entre os mesmos em matéria de subsidiariedade, podendo aceder, em tempo real, ao conteúdo das propostas legislativas europeias na fase de elaboração e, eventualmente, aos pareceres emitidos por outros Parlamentos Regionais, assim como a qualquer outra documentação relevante neste âmbito.

Além disso, a CALRE entende que deve prosseguir-se o processo de intensificação das relações entre os Parlamentos Regionais europeus com competência legislativa

para o intercâmbio de informação e boas práticas em matéria de defesa do princípio da subsidiariedade, e com o fim último da adoção de posições comuns em relação às propostas legislativas europeias que afetam especialmente os interesses regionais.

Deficit democrático, co-criação (*coworking*) e transparência

A existência das assembleias legislativas regionais ajuda a combater ou a desafiar um dos maiores problemas que a UE enfrenta, nomeadamente a questão da legitimidade democrática aos olhos dos cidadãos. É imperativo que os parlamentos regionais, como os órgãos responsáveis mais próximos dos cidadãos, desempenhem um papel sólido e ativo no processo de tomada de decisões da UE.

Por outro lado, o **exercício da política** como serviço para a busca e conquista da liberdade e bem comuns também sofre as consequências desta provação económica que desemboca numa crise de valores institucionais por parte dos cidadãos.

Desta forma, a CALRE apoia a promoção de uma melhoria dos canais de participação, de um ponto de vista de maior qualidade dos mesmos, em que a delegação representativa ostentada pelos parlamentos regionais se atualize permanentemente na base da **co-criação**, integrando todos os atores envolvidos, e da **transparência**, como premissas essenciais para recuperar a confiança da cidadania.

Os **gabinetes parlamentares europeus**, concebidos como órgãos de diálogo entre os representantes políticos, a cidadania e as instituições, através dos quais é possível co-participar nos projetos levados a cabo pelos governos, poderiam constituir um mecanismo eficaz para prestar um serviço permanente e direto aos cidadãos, recolhendo sugestões e propostas que estes formulem a título individual ou coletivo e facilitando aos utilizadores informação sobre as políticas desenvolvidas pelos seus representantes.

O próximo ano de 2013, em que se comemora o vigésimo aniversário do estabelecimento da cidadania europeia no Tratado de Maastricht, foi declarado **Ano Europeu dos Cidadãos**. Numerosos são os progressos tangíveis alcançados que têm um efeito direto na vida de milhões de pessoas. Não obstante, ainda permanecem

obstáculos a ser eliminados para alcançar o objetivo de que os cidadãos exerçam livremente os seus direitos, participando ativamente na elaboração das políticas da UE. É, precisamente, neste âmbito, que a CALRE deve e quer impulsionar um compromisso de pesquisa proativa de soluções que revertam no bem comum.

Por isso, a CALRE apresenta o seu interesse em participar ativamente nas atividades que se desenvolvem no âmbito da **comemoração dos anos europeus**, fazendo eco dos problemas que afetam diretamente os cidadãos, tais como o desemprego, a imigração ou as desigualdades sociais.

II A CALRE COMO FORUM DE DIÁLOGO COM AS INSTITUIÇÕES E OS ÓRGÃOS EUROPEUS

Parlamento Europeu: cooperação interparlamentar

Com o tempo, os tratados foram outorgando um papel mais relevante aos Parlamento Europeu. Não obstante, a crise impôs a necessidade de novos caminhos para reinventar a UE, superando, deste modo, um dos seus grandes assuntos pendentes: a legitimidade democrática.

Neste sentido, a CALRE congratula-se pelo **diálogo estabelecido com o Parlamento Europeu**, especialmente através da figura do seu Presidente e da sua Comissão de Política Regional, e aprova a sua prossecução, permitindo intensificar a colaboração institucional no âmbito parlamentar europeu.

A cooperação é a característica fundamental do parlamentarismo da União que se ajusta ao nosso tempo.

O Parlamentarismo moderno requer o desenvolvimento de novos conceitos como o de “Parlamento Aberto”, baseado no estabelecimento de canais de participação direta dos cidadãos, que transmitem as suas necessidades e preocupações às Assembleias Legislativas Regionais de modo a que estas o façam chegar aos Parlamento Europeu para reduzir a distância que separa os cidadãos europeus das Instituições Europeias. Este conceito pretende estabelecer canais de comunicação

inter-institucionais, pelos quais as Assembleias Legislativas Regionais reúnam as preocupações dos cidadãos europeus através de ferramentas como o Parlamento 2.0 e as transmitam ao Parlamento Europeu.

Um parlamentarismo capaz de falar a uma só voz e que aceite a perspectiva de um trabalho futuro sobre as grandes questões da União, e que faça entender aos seus eleitores que as recomendações, os controles e as investigações da cada Câmara eleita apenas têm sentido se tiverem em conta a interdependência dos problemas. Em suma, o objetivo é criar uma cadeia de solidariedade institucional que assegure aos cidadãos que o seu voto terá na Europa a eficácia e o resultado de umas eleições plenas.

Neste sentido, em 2014 realizar-se-ão as eleições ao Parlamento Europeu. Este é um momento chave que deve mobilizar os cidadãos para um grande projeto europeu, alcançando uma autêntica união política capaz de enfrentar a crise não só com regras, mas sobretudo com mecanismos institucionais da UE.

No final deste período de crise económica há a esperança de uma verdadeira união política europeia, contrária à crítica crescente dos que falam contra a Europa e suas instituições. Desta forma, a CALRE é convidada a promover a participação cidadã nas próximas eleições europeias, com o objetivo de reforçar a legitimidade democrática da UE.

Para este fim, a CALRE poderia promover ativamente a mobilização dos cidadãos europeus para superar os elevados níveis de abstenção nas eleições europeias, mediante a realização de um dia de portas abertas para analisar as realizações do Parlamento Europeu para os seus cidadãos, em todas as Assembleias Legislativas Regionais Europeias, possivelmente estabelecendo uma data comum os diversos Parlamentos poderiam conetar-se por videoconferência, para explicar aos cidadãos a importância das próximas eleições ao Parlamento Europeu 2014 e o impacto das políticas da Câmara Europeia nas suas vidas.

Comissão Europeia

A CALRE congratula a predisposição da Comissão Europeia em estabelecer diálogo com as entidades regionais na fase preliminar do processo de elaboração legislativa e na discussão do seu programa de trabalho anual, abrindo possibilidades de participação em defesa do princípio da subsidiariedade, para além de, numa fase seguinte do dito processo, oferecer o Mecanismo de Alerta Precoce.

A Conferência destaca a necessidade de que a Comissão Europeia tenha mais em conta a diversidade territorial, constitucional e cultural das regiões europeias, assim como as características específicas de cada uma delas.

A CALRE aposta na aproximação territorial europeia baseada na **governança multinível**. Por isso, na aplicação da **Estratégia Europa 2020** o orçamento da UE tem que ter os instrumentos financeiros suficientes para dar resposta às novas competências da União e submeter-se a um maior desenho que capacite, equipare e dote de recursos as entidades regionais.

Os/as Presidentes consideram que a futura **política de coesão** tem de promover o princípio de coesão territorial e ter presente a diversidade dos territórios da Europa e as suas distintas necessidades ou escalas, assim como abarcar todas as regiões da UE e concentrar a maior parte das alocações nas regiões de convergência, sem prejuízo de um apoio específico ou rede de segurança para as regiões intermédias que abandonam o objetivo de convergência, e no apoio também daquelas mais competitivas.

Finalmente, a CALRE apela a uma gestão dos fundos territoriais mais simples e eficiente, e que a concepção, a aplicação, o controlo e a avaliação dos programas desenvolvidos sejam abertos à participação oficial das entidades regionais e locais.

Em suma, a CALRE confirma a sua disponibilidade para ampliar a vontade de diálogo com a Comissão Europeia, estabelecendo um canal de comunicação direto

para as preocupações e interesses dos cidadãos europeus, de maneira a que estes sejam devidamente escutados, e assumindo o papel de intermediários privilegiados na obtenção de um consenso tão unânime o quanto possível que conduza a União até a um futuro de segurança, paz e bem-estar.

Comité das Regiões: o principal interlocutor das regiões na Europa

As relações de cooperação entre a CALRE e o Comité das Regiões têm uma longa história.

A CALRE congratula-se de ter alcançado este ano um princípio de novo acordo que integrará o Plano de Ação Comum que partilha com o CdR, desta vez centrado em fortalecer e aperfeiçoar os canais de coordenação e comunicação institucionais perante a necessidade de estabelecer ações estruturais conjuntas, de trabalhar na maioria da implicação das autoridades regionais no debate político europeu e no processo de tomada de decisões europeu, otimizando os seus recursos para uma maior difusão da informação da União Europeia aos cidadãos.

III A CALRE E A MELHORIA DA COORDENAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE INTERESSES REGIONAIS AO NÍVEL EUROPEU: ARQUITETURA INSTITUCIONAL MULTINÍVEL

A abordagem territorial integrada e coordenada fortalece a efetividade. A comparação e o enriquecimento mútuo contribuem para o objetivo de reduzir a fragmentação das mensagens que desejamos que cheguem aos cidadãos.

A melhoria da nossa eficiência como instituições representativas da soberania regional, é a melhor credencial para ser um ponto de referência no processo de tomada de decisões ascendente ao nível europeu e para reforçar a dimensão regional na Europa.

Os/as Presidentes acordam que o desenvolvimento de programas transfronteiriços e transnacionais contribuíram, com frequência, para superar as inércias institucionais e propiciaram intercâmbios sociais, culturais e económicos. Assim, congratulam o acordo de colaboração estabelecido entre a CALRE e a ARFE, o estreitamento dos

laços de união já existentes com o **Conselho de Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa e a manutenção das relações com a REGLEG**. Consideram que estes acordos beneficiam o regionalismo europeu.

Assim, a CALRE confirma a sua vontade e disponibilidade para cooperar com as organizações regionais nos diferentes âmbitos de competência, considerando que há áreas de atividade comuns que podem favorecer ações conjuntas com maior eficácia, maior aproveitamento de sinergias positivas e uma poupança importante de energias e recursos.

IV A CALRE E A PROMOÇÃO DO MODELO INSTITUCIONAL REGIONAL

As assembleias legislativas regionais são consideradas como um modelo institucional para toda a Europa, devido à sua adaptabilidade às necessidades locais e à sua forte conexão com a história europeia.

A CALRE é favorável à promoção da regionalização nos Estados-membros da União Europeia, quando for o caso, e ao convite às regiões ao desenvolvimento das suas competências legislativas.

Os/as Presidentes consideram que a cooperação transfronteiriça e inter-regional que aproxima as regiões dos atuais Estados-membros e as dos países candidatos, especialmente ao nível dos parlamentos regionais, contribuirá valiosamente para a aproximação e integração desses Estados na União.

A CALRE está disposta a colaborar na promoção do modelo institucional das assembleias legislativas através de projetos de desenvolvimento institucional, como o realizado com o CPLRE, assim como mediante o fomento da criação de redes de cooperação parlamentar.

Por outro lado, a CALRE deseja consolidar o diálogo iniciado com os parlamentos dos Estados americanos, em função das experiências e dos contactos já estabelecidos com as assembleias legislativas regionais europeias, criando um canal

de comunicação, como uma contribuição das assembleias para uma melhor compreensão e diálogo transatlânticos.

V IDIOSSINCRASIA DA CALRE: Princípio de unidade e cooperação entre assembleias legislativas regionais europeias

Os/as Presidentes demonstram a sua satisfação, dado que a atividade conjunta e coordenada da CALRE, nos últimos anos, favoreceu a obtenção de resultados significativos.

A CALRE considera necessário reforçar a cooperação entre os seus membros para aumentar o conhecimento recíproco, fomentar o intercâmbio de experiências, iniciar projetos de colaboração e desenvolver estratégias dirigidas às entidades regionais que promovam o crescimento de uma cultura europeia.

Para consolidar esses laços entre os membros da CALRE, deve enfatizar-se a importância das atividades dos grupos de trabalho. Os resultados obtidos da sua atividade contribuem para a reflexão conjunta sobre matérias de interesse relevante para as regiões e para o estabelecimento de uma posição comum integrada sobre as mesmas perante as instituições europeias.

O compromisso e a aliança de todos os parlamentos regionais europeus constituem uma das melhores estratégias a adotar para superar a crise económica e exercer políticas de serviço ao cidadão.

Em suma, a CALRE deve continuar a apostar na unidade de ação, na coordenação de forças e na convergência de esforços, como premissas que definam as suas metas e os meios para alcançá-las.

VI CONCLUSÕES

- A CALRE declara que as assembleias legislativas regionais têm legitimidade para **participar de forma ativa no processo de tomada de decisões da União Europeia**, embora esteja consciente de que há ainda muito a fazer para alcançar o melhor quadro de governação multinível no seio do sistema comunitário e para melhorar o papel das regiões.

- **A participação dos parlamentos regionais ao nível comunitário é necessária para reforçar a União com maior legitimidade democrática.** Assim, devem ser criadas as condições necessárias para que os parlamentos possam desenvolver eficazmente as suas funções e adotar medidas que melhorem o acesso à informação, com o objetivo de alcançar as correspondentes responsabilidades políticas na tomada de decisões.

- No atual contexto de crise económica e de mudança de valores que afetam muitos países, é essencial reforçar o papel dos parlamentos como representantes diretos da soberania popular. Por isso, é **necessário revalorizar o exercício da política para os cidadãos**, em vez de encará-la como um problema, podendo entendê-la como um instrumento essencial para a resolução dos seus problemas quotidianos e ao serviço da sociedade.

Neste sentido, é fundamental que nós todos adquiramos um maior compromisso para fomentar a transparência e o trabalho comunitário, abrindo as nossas instituições legislativas ao cidadão através da aplicação de códigos éticos e de boa governação.

O Ano Europeu dos Cidadãos 2013 constitui uma excelente oportunidade para promover o compromisso e a boa governação com os cidadãos no processo democrático e a CALRE salienta o seu compromisso de envolvimento ativo com o Comité das Regiões, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu para garantir o êxito desta iniciativa.

- A CALRE considera que a **participação** não só constitui um espaço de diálogo, para falar e ouvir, mas também **deve permitir a existência de espaços de co-criação**. Os parlamentos têm o dever de informar e vincular os cidadãos aos processos parlamentares e à tomada de decisões, com o objetivo de representá-los eficazmente.

Como meio para atingir este objetivo, é primordial potenciar o uso de instrumentos informáticos e de telecomunicações que facilitem o intercâmbio de informação entre os diversos parlamentos e fomentar, através das redes sociais, a possibilidade de interação com os deputados e com os órgãos de poder legislativo.

- A CALRE reitera que o **fortalecimento da unidade dos parlamentos regionais europeus** contribui para assegurar a unidade política.

Os parlamentos regionais estão convidados a assumir um papel mais ativo no processo de formação da opinião pública europeia, tendo um capital considerável em matérias de proximidade das decisões aos cidadãos, assim como na aplicação do **princípio da subsidiariedade**, que deverá ser avaliado devidamente no contexto das discussões sobre o futuro da União Europeia.

- A CALRE considera a utilidade do **intercâmbio de boas práticas ao nível inter-regional** com o objetivo de melhorar a informação e a comunicação, fortalecendo a adesão aos princípios democráticos.

- A **cooperação interparlamentar** constitui um mecanismo de sucesso para a construção progressiva de uma opinião pública e de um espaço político europeu. Desta forma, pode ser introduzida uma visão global e de longo prazo.

- A **unidade e o diálogo**, acima das ideologias, são premissas básicas na luta contra o sentimento de falta de representatividade e fomentam mais espaços, como exige a sociedade civil, para a participação cidadã.

O desafio atual para o poder legislativo é **adatar as respostas institucionais e as ferramentas de representação parlamentar** para conciliar melhor as novas exigências, sobretudo provenientes do âmbito local.

As autoridades devem ser capazes de assumir as exigências dos cidadãos. Nesse sentido, o papel de representação de interesses que os parlamentos desempenham em Estados democráticos deve ser fortalecido, especialmente através de mecanismos para a participação da cidadania, de prestação de contas por parte das autoridades e do estabelecimento de maiores espaços de interlocução entre os representantes e os eleitores.

Por fim, o Presidente que organiza a Conferência comunicará os documentos aprovados a todas as instituições interessadas.